



EXTRATO N° 350

1° TACNT N° 229/PGE-2016

CONTRATANTE: O ESTADO DE RONDÔNIA, ATRAVÉS DA CBMRO
CONTRATADA: A FERGEL FERRO E AÇO LTDA-EPP
CNPJ/MF n° 05.927.645/0001-98
Representante: A EMPRESA ZOGHBI ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS E LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA
CNPJ/MF n° 10.657.520/0001-25
Representante: CEZAR RAFAEL FREITAS ZOGHBI - Sócio Administrador e outra

OBJETO: Fica autorizada a prorrogação do prazo de vigência do contrato entre as partes, por mais 12 (doze) meses, a contar de 29.07.2017, a fim de que a contratada permaneça disponibilizando os mesmos serviços, em atendimento ao FUNESBOM, na forma determinada pelo Contrato n° 229/PGE-2016.

DA DESPESA: PROGRAMA DE TRABALHO: 1500406122124320870000 – Fonte de Recursos: 0100 – Elemento de Despesa: 339039 - Nota de empenho n° 00041 de 16.05.2017, no valor de R\$ 46.082,45 (quarenta e seis mil oitocentos, oitenta e dois reais, quarenta e cinco centavos).

PROCESSO: 01.1504.00005-0000/2016
VIGÊNCIA: doze meses
DA COMARCA: Porto Velho
DATA DE ASSINATURA: 12.07.2017

ASSINAM:
- FELIPE SANTIAGO CHIANCA PIMENTEL – Comandante Geral do CBMRO
- ROBERTA FERREIRA BRUNO ZOGHBI - Sócia Administradora / Contratada
- CEZAR RAFAEL FREITAS ZOGHBI - Sócio Administrador / Contratada

EXTRATO N° 351

1° TACNV N° 142/PGE-2017

CONCEDENTE: ESTADO DE RONDÔNIA, ATRAVÉS DA SETUR
CONVENIENTE: O MUNICÍPIO DE ESPÍLIO DO OESTE-RO
CNPJ/MF N° 04.695.284/0001-39
Representante: NILTON CAETANO DE SOUZA – Prefeito Municipal

OBJETO: Fica autorizada a alteração da data de realização do evento “1ª ROTA 387 – Encontro Interestadual de Motociclistas” para um



a) viagem especial para localidade distante até 100 Km: ½ UPF;

b) viagem especial para localidade distante de 101 a 200 Km: 1 UPF.

c) viagem especial para localidade distante acima de 200 Km: 2 UPF's. (Redação dada ao inciso pela Lei Complementar nº 398, de 05.12.2007, DOE RO de 06.12.2007)

IV - Autorização de Fretamento eventual: 3 (três) UPF's;

V - Autorização Semestral de Fretamento contínuo: 30 (trinta) UPF's;

VI - Autorização de fretamento turístico:

a) fretamento turístico para localidade distante até 100 Km: ½ UPF.

b) fretamento turístico para localidade distante de 101 a 200 Km: 1 UPF.

c) fretamento turístico para localidade distante de 201 a 400 Km: 2 UPF's.

d) fretamento turístico para localidade distante acima de 400 Km: 3 UPF's. (Redação dada ao inciso pela Lei Complementar nº 398, de 05.12.2007, DOE RO de 06.12.2007)

VII - Mudança de Horário a requerimento da Transportadora: 3 (três) UPF's; e

VIII - Inspeção Extraordinária de Veículo: 1 (uma) UPF.

IX - Modificação dos serviços, implantação de secções, supressão de secções, ajuste de itinerários e acréscimos de horários: 3 (três) UPF; (Inciso acrescentado pela Lei Complementar nº 398, de 05.12.2007, DOE RO de 06.12.2007)

X - Homologação e/ou renovação anual de pontos de parada e de escala: 25 (vinte e cinco) UPF; (Inciso acrescentado pela Lei Complementar nº 398, de 05.12.2007, DOE RO de 06.12.2007)

XI - Registros, baixas ou inclusões de veículos: 2 (duas) UPF; (Inciso acrescentado pela Lei Complementar nº 398, de 05.12.2007, DOE RO de 06.12.2007)

XII - Autorização Precária para exploração dos serviços: 60 (sessenta) UPF; (Inciso acrescentado pela Lei Complementar nº 398, de 05.12.2007, DOE RO de 06.12.2007)

XIII - Prorrogação do Termo de Autorização: 25 (vinte e cinco) UPF. (Inciso acrescentado pela Lei Complementar nº 398, de 05.12.2007, DOE RO de 06.12.



l) não apresentar documentação para renovação do registro depois de expirado o prazo de vigência, repetida a mesma penalidade a cada 15 (quinze) dias, enquanto não cumprir aquela obrigação regularmente, sem prejuízo da penalidade de cassação estabelecida no art. 73, Inciso VI desta Lei Complementar;

m) alteração dos preços de passagens sem autorização do Poder Concedente; e

n) desrespeito, desobediência ou oposição a agentes fiscalizadores ou recusa ao seu embarque

Seção II Da Arrecadação

Art. 4º A arrecadação de taxa referentes ao setor de Transporte Intermunicipal em suas diversas variedades serão arrecadadas pela AGERO, conforme apresentamos abaixo as citadas variações:

- I - AGERO - Taxa de requerimento
- II - AGERO - Taxa de expediente
- III - AGERO - Taxa de mudança de horário
- IV - AGERO - Taxa de vistoria de veículos
- V - AGERO - Taxa de viagem extraordinária e omissão
- VI - AGERO - Taxa de licença especial com permissão de linha
- VII - AGERO - Taxa de licença especial sem permissão de linha
- VIII - AGERO - Taxa de fretamento eventual
- IX - AGERO - Taxa de fretamento contínuo
- X - AGERO - Taxa de registro de empresa e renovação até 10 veículos
- XI - AGERO - Taxa de registro de empresa e renovação de 11 a 30 veículos
- XII - AGERO - Taxa de registro de empresa e renovação de 31 a 50 veículos
- XIII - AGERO - Taxa de registro de empresa e renovação de 51 a 100 veículos
- XIV - AGERO - Taxa de registro de empresa e renovação de 101 a 200 veículos
- XV - AGERO - Taxa de registro de empresa e renovação acima de 200 veículos
- XVI - AGERO – Multa aplicada em contratos
- XVII - AGERO – Dívida Ativa não Tributária – Auto de Infração

Art. 5º Até a liberação dos códigos de arrendação pela Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, haverá um período de transição num período de 120 dias, findo tal período, os pagamentos se darão por DARE.

Art. 6º No período de transição para a arrecadação por DARE, todos os serviços da área de transporte intermunicipal de passageiros deverão ser requeridos a esta agência de regulação, bem como todo e qualquer pagamento de taxas, serviços, multas e outros, deverão ser recolhidos à AGERO, através de conta corrente desta agência, Banco do Brasil, Agência: 2757-X, Conta Corrente: 10.234-2.

Art. 7º Os comprovantes de recolhimento serão apresentados diretamente a Agência em Porto Velho, sendo que no interior serão entregues a fiscalização nas Rodoviárias, as quais remeterão diretamente a AGERO;

Art. 8º Os processos que não apresentarem regularidade de recolhimento, ficarão sobestados até a sua regularização.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º As dúvidas suscitadas na aplicação desta Resolução serão resolvidas pela Diretoria Executiva desta Agência.

Art. 10º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2018.

Sede da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado De Rondônia – AGERO, em Porto Velho, aos 12 de janeiro de 2018.

MARCELO HENRIQUE DE LIMA BORGES
Diretor Presidente

Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia

Portaria Nº 05 /2018/ GAB/ AGERO/RO Porto Velho, 15 de janeiro de 2018.

O Presidente da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015.

Considerando que a Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGÊRO é uma autarquia sob regime especial, com personalidade jurídica de direito público, autonomia técnica, administrativa e financeira, com patrimônio próprio, vinculada diretamente ao Gabinete do Governador;

RESOLVE:

Artigo 1º- Suspender as férias do Diretor de Regulação Econômica senhor MICHAEL SARAIVA RODRIGUES matrícula nº 300131018, que estava programada para período de 01 a 18 de janeiro de 2018, conforme portaria nº056/2017/GAB/ AGERO/RO de 10 de novembro de 2017, férias referente ao período aquisitivo 2016. Em virtude da necessidades da Agero, as férias ficam suspensas a partir de 15 a 18 de janeiro de 2018, ficando 4 dias a serem a serem usufruído em data oportuna.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 15 de janeiro de 2018.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Marcelo Henrique de Lima Borges
Diretor Presidente da AGERO
Matrícula nº. 300130978

ATA DA PRIMEIRA REUNIAO ORDINARIA DA AGERO 2018

1. APRESENTAÇÃO:

Local: Gabinete da Presidência da AGERO.
Data: 12.01.2018

2. PARTICIPANTES:

- a) Marcelo Henrique de Lima Borges - Diretor Presidente
- b) Michael Saraiva Rodrigues - Diretor de Regulação Econômica
- c) Laline Garcia Gomes – Diretora de Normatização e Fiscalização de Serviços; e
- d) Eriton Gonçalves Damasceno - Diretor Executivo do Gabinete da Presidência

3. OBJETO:

- 1 Aprovação da Resolução sobre os recolhimentos de taxas de serviços de transporte intermunicipal de Rondônia;

2 OCORRÊNCIAS:

Aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, às 10 horas, por convocação do senhor Diretor Presidente da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, senhor **MARCELO HENRIQUE DE LIMA BORGES**, na sala de reunião da Presidência da AGERO, localizado na Rua José do Patrocínio, 822 - Bairro Centro, CEP 76.801-068, Porto Velho, onde reuniram-se Ordinariamente os Senhores Diretores: **MARCELO HENRIQUE DE LIMA BORGES** (Diretor Presidente), **MICHAEL SARAIVA RODRIGUES** (Diretor de Regulação Econômica), **LALINE GARCIA GOMES** (Diretora de Normatização e Fiscalização de Serviços). Dando início aos trabalhos o Presidente da AGERO convidou a mim, **ERITON GONÇALVES DAMASCENO**, para secretariar a Reunião Ordinária da Diretoria Executiva. Assim sendo passei a expor a pauta do dia: 1) Aprovação da Resolução sobre os recolhimentos de taxas